

# ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS



C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 14 de março de 2016. A Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	291.487	311.802	599.008	555.228
Devedores por vendas, serviços e financiamentos, liquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	343.579	574.796	2.024.871	2.465.870
Estoques (Nota 9)	468.926	542.740	469.476	543.111
Partes relacionadas (Nota 10)	494.540	376.037	-	-
Impostos a recuperar (Nota 11)	68.954	95.693	69.358	95.915
Operações com derivativos (Nota 12)	189.043	117.368	198.989	18.900
Demais contas a receber (Nota 13)	59.585	102.711	91.584	126.867
	<u>1.916.114</u>	<u>2.021.147</u>	<u>3.453.282</u>	<u>3.805.891</u>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Devedores por vendas, serviços e financiamentos, liquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	-	13.289	15.217
Partes relacionadas (Nota 10)	15.800	1.413	-	-
Impostos a recuperar (Nota 11)	7.030	7.892	7.051	7.941
Operações com derivativos (Nota 12)	56.422	39.120	56.422	39.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	204.745	127.511	464.122	328.989
Depósitos judiciais e cauções (Nota 20)	50.111	43.590	50.775	44.192
Demais contas a receber (Nota 13)	2.436	7.121	8.523	4.968
	<u>335.944</u>	<u>221.647</u>	<u>600.182</u>	<u>440.027</u>
Investimentos (Nota 15)	558.258	574.781	685.358	660.271
Imobilizado (Nota 16)	639.009	625.690	685.358	660.271
Intangível (Nota 17)	150.454	136.475	150.330	136.475
	<u>1.684.265</u>	<u>1.552.475</u>	<u>1.443.994</u>	<u>1.239.745</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.600.379</b>	<b>3.573.722</b>	<b>4.889.276</b>	<b>5.045.636</b>

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Fornecedores (Nota 18)	603.904	882.566	1.139.855	1.556.914
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	1.172.456	565.968	1.327.752	815.584
Cessão de crédito (Nota 8)	-	-	10.912	100.703
Salários e encargos sociais	71.916	86.687	72.766	87.487
Impostos e taxas a recolher	114.542	78.485	119.758	80.381
Partes relacionadas (Nota 10)	37.694	41.561	-	-
Dividendos a pagar (Nota 23)	692	40.425	692	40.425
Imposto de renda e contribuição social	96.362	130.300	113.621	143.822
Demais contas a pagar (Nota 21)	2.097.566	1.625.992	2.866.964	2.951.339
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 18)	-	879	-	879
Partes relacionadas (Nota 10)	3.143	2.830	-	-
Passivo a descoberto de investida (Nota 15)	20.909	10.188	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	505.234	715.041	698.166	754.860
Provisão para contingências (Nota 20)	31.958	36.927	383.176	356.639
Demais contas a pagar (Nota 21)	37.866	36.694	38.185	36.955
	<u>599.110</u>	<u>802.559</u>	<u>1.119.527</u>	<u>1.149.333</u>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas</b>				
<b>Controladora (Nota 23)</b>				
Capital social	460.000	410.000	460.000	410.000
Reservas de lucros	443.703	635.171	443.703	535.171
	<u>903.703</u>	<u>1.045.171</u>	<u>903.703</u>	<u>945.171</u>
<b>Participação dos não controladores</b>				
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>903.703</b>	<b>945.171</b>	<b>903.385</b>	<b>944.910</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.600.379</b>	<b>3.573.722</b>	<b>4.889.276</b>	<b>5.045.636</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Atribuído aos acionistas da controladora					
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2014</b>	360.000	35.116	443.893	-	839.009	838.805
Destinação do lucro	-	-	170.208	170.208	(57)	170.151
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 16 de junho de 2014 (Nota 23)	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Dividendos complementares em 16 de junho de 2014 - R\$ 0,16 por ação (Nota 23)	-	-	(23.621)	(23.621)	-	(23.621)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 23)	-	8.510	-	(8.510)	-	-
Dividendos propostos - R\$ 0,27 por ação (Nota 23)	-	-	-	(40.425)	(40.425)	-
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	121.273	(121.273)	-	-
Total das transações com acionistas	50.000	8.510	47.652	(170.208)	(64.046)	(64.046)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	410.000	43.626	491.545	945.711	(261)	944.910
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	(4.113)	2.912	(57)	2.855
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	-	-	(4.113)	(57)	(1.258)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	2.912	(57)	(1.258)
Aumento de capital - 30 de abril de 2015 (Nota 23)	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Dividendos complementares em 30 de abril de 2015 - R\$ 0,26 por ação (Nota 23)	-	-	(39.575)	(39.575)	-	(39.575)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 23)	-	145	-	(145)	-	-
Dividendos propostos - R\$ 0,01 por ação (Nota 23)	-	-	-	(692)	(692)	-
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	2.075	(2.075)	-	-
Total das transações com acionistas	50.000	145	(87.500)	(2.912)	(40.267)	(40.267)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	460.000	43.771	399.932	903.703	(316)	903.385

### NOTAS EXPLICATIVAS À ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Informações gerais**

A Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas, vestuário e eletrodomésticos, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços e importação e exportação de produtos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 312 lojas (2014 - 309 lojas). Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PFRISA").

A Companhia opera, ainda, no ramo hoteleiro por meio de investimentos no Hotel Jaticuca S.A., localizado em Macaé, Estado de Alagoas.

A Companhia, em conjunto com as empresas controladas, compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de raterio ou individualmente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Consultivo em 21 de março de 2016.
- Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
- Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros (determinados empréstimos e derivativos financeiros) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.
- 2.1. Demonstrações financeiras consolidadas**

(a) **Demonstrações financeiras consolidadas**  
As demonstrações financeiras consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") foram preparadas, e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

(b) **Demonstrações financeiras individuais**  
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras consolidadas quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.

(c) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações - novos CPCs**  
Não houve alterações de normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015, com impactos materiais para o Grupo.
- 2.2. Consolidado**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as sociedades controladas e controladora estão descritas na Nota 15.
- 2.3. Conversão de moeda estrangeira**

(a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas e da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$") ou milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) **Transações e saldos**  
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.
- 2.4. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.
- 2.5. Ativos financeiros**

**2.5.1. Classificação**  
O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

(b) **Empréstimos e recebíveis**  
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem os "Caixa e equivalentes de caixa", "Devedores por vendas, serviços e financiamentos", "Partes relacionadas", "Operações com derivativos" e "Demais contas a receber".
- 2.5.2. Reconhecimento e mensuração**  
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados, quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos em caixa ou em títulos são transferidos; neste mesmo caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrer.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.
- 2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- 2.5.4. Impairment de ativos financeiros**  
Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados, quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de impairment poderia incluir, dentre outros:
  - dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
  - inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
  - quando se torna provável que o devedor entregará o ativo ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por impairment para todos os ativos financeiros.
- 2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**  
Os derivativos para negociação, apresentados na seção "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo circulante e não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em "Recetas ou despesas financeiras".

Entretanto, o Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 12.
- 2.7. Devedores por vendas, serviços e financiamentos**  
As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos correspondem ao valor a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados e ativos e financiamentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para impairment.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receita (Nota 24)</b>	3.241.432	3.743.078	4.457.857	5.024.825
Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 25)	(2.036.074)	(2.330.341)	(2.101.555)	(2.368.139)
<b>Lucro bruto</b>	1.205.358	1.412.737	2.356.302	2.656.686
Recetas financeiras (Nota 28)	(933.888)	(956.506)	(1.445.244)	(1.540.961)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(353.592)	(381.105)	(680.080)	(688.934)
Despesas não recorrentes (Nota 26)	-	(9.259)	-	(9.259)
Participação nos lucros de controladas, líquido (Nota 15)	173.822	228.450	-	-
Outras perdas, líquidas	(284)	(1.983)	(1.610)	(7.010)
<b>Lucro operacional</b>	98.422	251.934	209.368	410.522
Despesas financeiras (Nota 28)	(280.255)	(225.635)	(292.616)	(231.558)
Recetas financeiras (Nota 28)	116.508	117.334	117.156	118.169
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	(163.747)	(108.301)	(175.420)	(113.389)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(74.323)</b>	<b>143.633</b>	<b>33.948</b>	<b>297.133</b>
Imposto de renda (Nota 29)	55.968	17.145	(15.068)	(76.499)
Contribuição social (Nota 29)	21.267	9.430	(16.025)	(60.483)
	<u>77.233</u>	<u>150.208</u>	<u>(15.068)</u>	<u>(126.982)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.912</b>	<b>170.208</b>	<b>2.855</b>	<b>170.151</b>
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	-	-	2.912	170.208
Participação dos não controladores	-	-	(57)	(57)
			<u>2.855</u>	<u>170.151</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (Nota 30)			0,0194	1,1347

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	2.912	170.208	2.855	170.151
Itens que não serão reclassificados				
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 22)	(4.113)	-	(4.113)	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	(1.201)	170.208	(1.258)	170.151
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	-	-	(1.201)	170.208
Participação dos não controladores	-	-	(57)	(57)
			<u>(1.258)</u>	<u>170.151</u>

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(74.323)	143.633	33.948	297.133
Depreciação e amortização	104.432	94.166	106.000	95.214
Valor residual das baixas do ativo permanente	6.791	6.935	6.803	6.972
Resultado da equivalência patrimonial	(173.822)	(228.450)	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas	183.743	159.820	232.799	213.333
Provisão para contingências				

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Ajuste a valor presente
O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo.
A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
2.9. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.
2.10. Ativos intangíveis
As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.
2.11. Imobilizado
São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada.
2.12. Deterioração de ativos não financeiros - impairment
Os ativos que estão sujeitos a amortizações são revisados para uma verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
2.13. Fonecedores
As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
2.14. Empréstimos e financiamentos
A administração da Companhia apresenta, no reconhecimento inicial, financiamentos ao valor justo por meio do resultado para os casos em que há financiamentos associados com operações de instrumentos financeiros derivativos.
2.15. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.
2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos
O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas ou, substancialmente, promulgadas, na data do balanço.
2.17. Benefícios a funcionários
(a) Obrigações pós-emprego
A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego.
(b) Participação nos lucros e bônus
A Companhia reconhece uma passiva e uma despesa, cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, lucro bruto, lucro líquido e índice de envolvimento.
2.18. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo.

2.19. Arrendamentos
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.
2.20. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.
2.21. Reservas de retenção de lucros
A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinado da Lei nº 6.406/06, e não pode exceder a 20% do capital social.
2.22. Descontos de recebíveis
A administração da Companhia reconhece e contabiliza os descontos de recebíveis com base nas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao valor.
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
(a) Provisão para impairment de devedores por vendas
As contas a receber de clientes do Grupo são controladas por faixa de vencimento e pelo número de dias de atraso em relação aos respectivos clientes.
(b) Provisão para perdas de estoque
A provisão para perdas de estoque é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas, dentro de distribuição, e é considerada suficiente para administração para cobrir as prováveis perdas, quando da realização dos procedimentos de inventário físico.
(c) Provisão para desvalorização dos estoques
A desvalorização dos estoques é avaliada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias.
(d) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo
A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as bases mais recentes disponíveis quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes.
(e) Redução dos valores de recuperabilidade dos ativos (impairment)
Periodicamente, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos possam ter sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso).
(f) Provisão para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias
Como descrito na Nota 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos.
(g) Benefício pós-emprego
Por força de lei, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego.
(h) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
4. Gestão de risco financeiro
4.1. Fatores de risco financeiro
Os ativos do Grupo expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros) e risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.
(ii) Risco de crédito
As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.
(iii) Risco de liquidez
O nível de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

Controladora

Table with columns: Mensos de um ano, Entre dois e cinco anos, Total. Rows include 2015 and 2014 data for Recebíveis, Empréstimos e financiamentos, and Diferenças contábeis.

(\*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 21.457 (2014 - R\$ 32.743) mantidos na Controladora.

Gestão de capital

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Total dos empréstimos, Menos: caixa e equivalentes de caixa, Total do patrimônio líquido.

Índice de alavancagem financeira - %
2015 61,52
2014 52,16

Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros, especificamente derivativos de balanço, são todos mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem a utilização de preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras, ou corretoras para instrumentos semelhantes (nível 2).
5. Instrumentos financeiros por categoria
Os ativos financeiros da Controladora relacionados com aplicações financeiras que se qualificam como caixa e equivalentes de caixa, no total de R\$ 256.262 (2014 - R\$ 240.751) na controladora e de R\$ 516.697 (2014 - R\$ 453.035) no Consolidado, são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 2015 and 2014 data for Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3, Tipo 4.

Contas a receber de clientes
Tipo 1 7.839 61.401 585.737 523.475
Tipo 2 12.878 129.118 962.282 1.100.797
Tipo 3 8.136 34.559 607.900 650.398
Tipo 4 1.414 12.840 105.614 109.470

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:
Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras, com os seguintes ratings:
Controladora Consolidado
Disponibilidades e aplicações financeiras
M: Aa1.br 501,62 501,80
M: Aa1.br 15 53
S: brAAA 86,757 40,031

Empréstimos e financiamentos e cessão de crédito
M: AaA.br 1.809,375 1.570,770
S: brAAA 198,408 79,548
Outros (substancialmente leasing) 29,047 20,829

# ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	14.416	46.614	61.861	77.756
Número em trânsito	20.449	24.437	20.449	24.437
Aplicações financeiras (*)	256.622	240.751	516.698	453.035
	<b>291.487</b>	<b>311.802</b>	<b>599.008</b>	<b>555.228</b>

(\*) As aplicações financeiras da Controladora são compostas de fundos de investimentos de renda fixa, atualizados pelo valor da quota em 31 de dezembro de 2015, além de Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 101,26% do CDI ou 13,40% ao ano (2014 – 103,13% do CDI ou 11,95% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Diário), efetuadas pela PEFISA com rendimento médio anual de 99,89% do CDI ou 13,22% ao ano (2014 – 101,48% do CDI ou 11,75% ao ano).

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber de clientes, líquido	343.579	574.796	348.323	577.918
Operações de crédito (*)	-	-	1.689.837	1.903.169
	<b>343.579</b>	<b>574.796</b>	<b>2.038.160</b>	<b>2.481.087</b>
Parcela classificada no ativo circulante	(343.579)	(574.796)	(2.024.871)	(2.465.870)
Ativo não circulante	-	-	13.289	15.217

(\*) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela controladora PEFISA. Durante o exercício de 2015, a controladora PEFISA realizou operações de cessão de créditos com instituições financeiras não ligadas, com retenção substancial dos riscos e benefícios relacionados aos recebíveis. Dessa forma, a Companhia manteve os referidos créditos registrados no ativo circulante e reconheceu uma obrigação de cessão de crédito no passivo circulante no valor de R\$ 19.912 (2014 – R\$ 100.193), de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 3.533 do Banco Central do Brasil. Os devedores por vendas, serviços e financiamentos de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradores de cartões de crédito e estão demonstradas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Crediário próprio</b>				
A vencer				
Até 30 dias	4.536	63.927	988.252	1.263.928
De 31 a 60 dias	2.217	54.931	135.259	176.913
De 61 a 90 dias	1.086	42.365	102.096	129.623
De 91 a 120 dias	398	31.029	82.653	107.478
De 121 a 150 dias	217	23.347	67.101	85.890
De 151 a 180 dias	114	14.317	48.570	67.980
De 181 a 210 dias	42	6.687	34.571	53.494
De 211 a 240 dias	15	6.225	25.950	39.789
De 241 a 270 dias	3	3.964	19.495	29.951
De 271 a 300 dias	2	2.648	12.234	21.753
De 301 a 330 dias	-	1	9.634	13.130
De 331 a 360 dias	-	1	7.325	9.013
Acima de 361 dias	8.630	252.512	1.547.534	2.013.518
<b>Vencidas</b>				
De 01 a 30 dias	1.565	11.734	147.158	169.807
De 31 a 60 dias	1.110	3.596	66.427	69.993
De 61 a 90 dias	1.853	3.793	27.936	50.286
De 91 a 120 dias	2.028	3.812	54.709	38.502
De 121 a 150 dias	2.220	3.584	54.661	32.171
De 151 a 180 dias	3.248	3.539	57.727	58.84
De 181 a 210 dias	2.331	3.447	78.802	29.077
De 211 a 240 dias	2.339	3.460	54.560	26.099
De 241 a 270 dias	2.121	3.089	64.139	25.874
De 271 a 300 dias	1.782	2.562	37.873	20.694
De 301 a 330 dias	1.316	1.880	40.071	23.832
De 331 a 360 dias	644	910	29.936	16.579
	<b>21.637</b>	<b>45.406</b>	<b>713.999</b>	<b>526.392</b>
<b>Crediário próprio - terceiros</b>				
Cartões de crédito - terceiros	30.267	297.918	2.261.533	2.539.910
	<b>34.893</b>	<b>303.326</b>	<b>2.973.532</b>	<b>3.066.102</b>
<b>Provisão para impairment de devedores por venda</b>				
Ajuste a valor presente (*)	(12.317)	(17.161)	(12.317)	(17.161)
Contas a receber de clientes, líquido	<b>281.262</b>	<b>527.735</b>	<b>2.026.169</b>	<b>2.463.897</b>

(\*) O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo (entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de crédito ou crediário próprio, e a data do efetivo recebimento dos clientes). Em 31 de dezembro de 2015, contas a receber de clientes vendidas na Controladora, no total de R\$ 21.637 (2014 – R\$ 45.406), e no Consolidado, no total de R\$ 713.999 (2014 – R\$ 526.392), apresentam um indicativo de risco de não ser pago por recuperação do ativo. Entretanto, historicamente observa-se que parte relevante do saldo vendido refere-se a clientes que passam por situação financeira difícil durante o exercício e que buscam regularizar suas dívidas, utilizando os recursos de caixa advindos do 13º salário e férias ao final de cada ano. O Grupo tem por prática o reconhecimento da provisão para créditos de realização duvidosa, com base no critério de perda incorrida onde a provisão é constituída a partir da existência de um indicio de dificuldade na realização do crédito com seu cliente. O saldo da provisão para impairment de devedores de vendas da Controladora, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 9.143 (2014 – R\$ 31.090), foi calculado considerando os perdas incorridas dos últimos cinco anos, menos as recuperações de créditos vencidos. O saldo da provisão para impairment de devedores de vendas de suas controladas PEFISA e Hotel Jática em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 538.234 (2014 – R\$ 336.768), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisão. A perda incorrida por sua controladora e, portanto, não houve necessidade de provisão complementar em relação ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil para a controlada PEFISA. As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Grupo, são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro	31.090	40.085	367.858	303.415
Adições	29.349	49.738	1.066.695	1.002.546
Por recebimento	(13.746)	(12.988)	(273.021)	(224.297)
Reversão de provisões	(37.550)	(45.285)	(614.055)	(513.806)
Em 31 de dezembro	<b>9.143</b>	<b>31.090</b>	<b>547.477</b>	<b>367.858</b>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado consolidado do exercício na rubrica "Despesas com vendas". A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, mencionada acima.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Mercadorias para venda	485.624	558.883	486.003	559.054
Provisão para perdas nos estoques (*)	(10.027)	(11.244)	(10.027)	(11.244)
Almoxaradado	3.413	6.218	3.584	6.418
Ajuste a valor presente	(10.084)	(11.127)	(10.084)	(11.127)
	<b>468.926</b>	<b>542.740</b>	<b>469.476</b>	<b>543.111</b>

(\*) O valor da provisão para perdas dos estoques, refere-se às prováveis perdas de inventário e a provisão para desvalorização dos estoques, ambas constituídas, conforme os critérios descritos na Nota 3 D) (i).

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-
Operações comerciais de vendas realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).	-	-	-	-

Os saldos e as transações com partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão apresentados, conforme segue:

	2015				2014			
	Pernambucas Financeira S.A.		Administradora de Cartões de Crédito e Serviços		Jática e Serviços		Total	
	Crédito, Financiamento e Investimento	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Hotel Jática S.A.	Hotéis e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jática e Serviços	Hotel Jática S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Total
Ativo circulante								
Créditos cedidos - repasse de recursos (i)	494.475	-	-	-	-	-	-	494.475
Outras contas a receber	-	30	12	-	23	-	-	65
	-	-	-	-	-	-	-	494.540
Ativo não circulante	-	-	-	6	1.564	15.800	1.413	18.777
Emprestimos de mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasses de recursos (i)	(37.694)	-	-	-	-	-	-	(37.694)
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprestimos de mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-
Demonstração do resultado	-	-	(3.143)	-	-	-	-	(3.143)
Recitas (despesas) financeiras	-	-	(313)	-	156	(157)	(70)	-

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos - repasses. Nesta operação não há incidência de juros entre a Companhia e sua controladora, não se trata de operação de mútuo. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.202 (2014 – R\$ 7.693).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R\$ 28.438 (2014 – R\$ 24.061).

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.868	2.868	404	191
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre ouro a recuperar	3.479	2.965	3.499	3.014
Imposto de renda retido na fonte	12.743	22.895	12.744	22.898
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	2.183	3.973	2.183	3.973
ICMS a recuperar	28	28	28	187
ICMS transações interestatual (i)	28.835	32.968	28.835	32.968
ICMS retido substituição tributária (ii)	25.163	35.371	25.163	35.371
Outros impostos a recuperar	685	672	685	700
	<b>75.984</b>	<b>103.585</b>	<b>76.409</b>	<b>103.856</b>
Parcela classificada no circulante	(68.954)	(95.693)	(69.358)	(95.915)
Ativo não circulante	<b>7.030</b>	<b>7.892</b>	<b>7.051</b>	<b>7.941</b>

Os créditos de ICMS acumulados, durante o exercício de 2015 e 2014, são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte de sua compensação com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado, iniciada a partir do mês de dezembro de 2009.

(i) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R\$ 28.835 (2014 – R\$ 32.968), refere-se ao crédito de ICMS que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(ii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R\$ 25.163 (2014 – R\$ 35.371), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

Tipo	Valor de referência		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Contratos de swap				
Posição ativo				
Taxas de juros - (i) variação cambial	1.075.671	557.871	1.100.336	556.664
Posição passiva				
Taxas de juros - (i) + 106% a 119,68% CDI	831.357	488.610	844.929	498.644
Ativo justo líquido	-	-	255.407	58.020
Menos ativo circulante	-	-	(198.985)	(18.900)
Ativo não circulante (ii)	-	-	56.422	39.120

(i) Em 31 de dezembro de 2015, as taxas de juros fixas variaram entre 2,40% e 5,77% a.a., acrescidas de variação cambial (2014 – entre 2,68% e 4,05% a.a., acrescidas de variação cambial).

(ii) Está sendo apresentado no ativo realizável a longo prazo os ganhos auferidos em operações com instrumentos financeiros derivativos cuja realização ocorrerá após 2016, momento em que os empréstimos de longo prazo serão liquidados.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamento a empregados	3.480	3.547	3.480	3.547
Adiantamento a fornecedores	17.485	16.991	17.485	16.991
Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*)	22.022	50.227	22.022	50.227
Devedores por serviços - produtores financeiros	11.822	26.651	11.822	26.651
Prêmio de seguro a apropriar	2.227	2.209	2.227	2.209
Outras contas a receber	4.978	5.071	43.061	32.710
	<b>62.021</b>	<b>104.832</b>	<b>100.107</b>	<b>131.835</b>
Parcela classificada no circulante	(59.585)	(102.711)	(61.584)	(126.867)
Ativo não circulante	<b>2.436</b>	<b>2.121</b>	<b>8.523</b>	<b>4.968</b>

(\*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde existe acordo de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

**14. Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases de cálculo do imposto sobre o lucro e as bases de cálculo dos resultados financeiros consolidados das demonstrações financeiras. As alquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, exceto para a PEFISA, onde a contribuição social é de 20%.  
 Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado em compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo fiscal	93.582	43.709	93.582	43.709
Base negativa de contribuição social sobre o lucro	39.317	20.227	39.317	20.227
Diferenças temporárias de práticas contábeis				
Arrendamento mercantil	(655)	(507)	(655)	(507)
Ajuste a valor presente	4.597	6.291	4.597	6.291
Provisão não dedutível temporariamente				
Benefício pós-emprego				



**ARTHUR LUNDRGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS**

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

(a) Controladora

Terrenos	Imóveis	Beneficiarias em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados		Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
		2015	2014				2015	2014			
Saldos em 1º de janeiro de 2014	39.023	121.198	103.605	75.956	131.678	2.079	40.268	6.866	9.259	529.932	
Custo total	39.023	131.035	248.431	131.053	238.793	6.226	100.920	11.995	9.259	916.335	
Depreciação acumulada	-	(9.837)	(144.826)	(55.097)	(107.115)	(4.147)	(60.552)	(4.229)	-	(386.403)	
Valor residual	39.023	121.198	103.605	75.956	131.678	2.079	40.268	6.866	9.259	529.932	
Saldos em 31 de janeiro de 2014	39.023	121.198	103.605	75.956	131.678	2.079	40.268	6.866	9.259	529.932	
Aquisição	-	34.493	-	23.238	-	833	12.752	-	-	104.432	175.748
Alienação	-	(981)	(1.077)	(2.763)	(92)	(341)	(1.681)	-	-	-	(6.935)
Depreciação	-	(3.484)	(20.821)	(12.485)	(21.335)	(729)	(13.263)	(938)	-	-	(73.055)
Transferências	-	-	40.671	-	-	-	-	-	-	(90.976)	625.690
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.023	151.226	122.378	83.946	160.556	1.842	38.076	5.928	22.715	1.085.148	
Custo total	39.023	164.548	288.025	151.528	289.006	6.718	111.990	11.595	22.715	1.085.148	
Depreciação acumulada	-	(13.322)	(165.647)	(67.582)	(128.450)	(4.876)	(73.914)	(5.667)	-	(459.458)	
Valor residual	39.023	151.226	122.378	83.946	160.556	1.842	38.076	5.928	22.715	625.690	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.023	151.226	122.378	83.946	160.556	1.842	38.076	5.928	22.715	625.690	
Aquisição	-	20.899	-	16.541	-	4.826	11.467	-	-	47.567	101.300
Alienação	-	(170)	(526)	(3.552)	(2.131)	(385)	(21)	(6)	-	-	(6.791)
Depreciação	-	(4.269)	(22.236)	(13.363)	(24.970)	(1.067)	(14.361)	(924)	-	-	(81.190)
Transferências	-	-	16.774	-	30.365	-	-	-	-	(47.139)	639.009
Saldos em 31 de dezembro de 2015	39.023	167.686	116.390	83.572	163.820	5.216	35.161	4.998	23.143	639.009	
Custo total	39.023	185.277	304.273	164.517	317.240	11.158	123.436	11.589	23.143	1.179.656	
Depreciação acumulada	-	(17.591)	(187.883)	(80.945)	(153.420)	(5.942)	(88.275)	(6.591)	-	(540.647)	
Valor residual	39.023	167.686	116.390	83.572	163.820	5.216	35.161	4.998	23.143	639.009	
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	-	-	

(\*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(b) Consolidado

Terrenos	Imóveis	Beneficiarias em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados		Máquinas, aparelhos e equipamentos	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
		2015	2014				2015	2014			
Saldos em 1º de janeiro de 2014	39.261	127.135	103.606	76.985	131.854	2.131	41.900	6.866	373	24.066	554.177
Custo total	39.261	137.363	248.433	133.308	239.113	6.344	104.041	11.995	672	24.066	944.205
Depreciação acumulada	-	(10.228)	(144.827)	(56.323)	(107.259)	(4.213)	(62.141)	(4.229)	(308)	-	(390.028)
Valor residual	39.261	127.135	103.606	76.985	131.854	2.131	41.900	6.866	373	24.066	554.177
Saldos em 1º de janeiro de 2014	39.261	127.135	103.606	76.985	131.854	2.131	41.900	6.866	373	24.066	554.177
Aquisição	-	34.535	-	23.993	-	834	17.230	-	74	-	196.159
Alienação	-	(981)	(1.078)	(2.763)	(91)	(340)	(1.717)	-	(2)	-	(6.972)
Depreciação	-	(3.903)	(20.821)	(12.669)	(21.416)	(746)	(13.517)	(938)	-	-	(74.103)
Transferências	-	27.245	40.671	-	51.558	-	-	-	(93)	-	(119.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.261	184.031	122.378	85.546	161.905	1.879	43.896	5.928	352	24.085	669.261
Custo total	39.261	198.163	288.025	154.157	290.494	6.838	118.787	11.595	630	24.085	1.132.035
Depreciação acumulada	-	(14.132)	(165.647)	(68.611)	(128.589)	(4.959)	(74.891)	(5.667)	(278)	-	(462.774)
Valor residual	39.261	184.031	122.378	85.546	161.905	1.879	43.896	5.928	352	24.085	669.261
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.261	184.031	122.378	85.546	161.905	1.879	43.896	5.928	352	24.085	669.261
Aquisição	-	22.533	-	16.899	-	4.891	13.946	-	11	-	105.658
Alienação	-	(170)	(527)	(3.562)	(2.132)	(385)	(21)	(6)	-	-	(6.803)
Depreciação	-	(5.063)	(22.236)	(13.372)	(25.147)	(1.084)	(14.633)	(924)	(99)	-	(82.730)
Transferências	-	-	16.775	-	30.658	-	-	-	-	-	(47.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	39.261	201.331	116.390	85.311	165.284	5.301	43.188	4.998	264	24.030	685.358
Custo total	39.261	220.527	304.273	167.494	319.020	11.307	132.712	11.589	642	24.030	1.230.855
Depreciação acumulada	-	(19.196)	(187.883)	(82.183)	(153.736)	(6.006)	(89.524)	(6.591)	(378)	-	(545.497)
Valor residual	39.261	201.331	116.390	85.311	165.284	5.301	43.188	4.998	264	24.030	685.358
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	-	-	

(\*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem e atualização das lojas. Veículos e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que a Companhia é arrendatária em uma operação de arrendamento financeiro:

	2015	2014
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	99.284	90.924
Depreciação acumulada	(71.793)	(61.265)
Saldos contábil, líquido	27.491	29.659

A Companhia arrenda diversos veículos e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de 24 a 60 meses e a propriedade dos ativos é da Companhia.

17. Intangível - controladora e consolidado

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em andamento	Total	Consolidado	
					2015	2014
Em 1º de janeiro de 2014	-	-	-	-	99.284	90.924
Saldos iniciais	565	70.431	33.035	104.031	-	-
Aquisições (*)	-	-	47.537	47.537	-	-
Amortização	-	(21.111)	-	(21.111)	-	-
Transferência	-	(17.940)	-	(17.940)	-	-
Saldo contábil, líquido	565	67.260	62.632	130.457	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	565	169.391	62.632	232.588	-	-
Amortização acumulada	-	(102.131)	-	(102.131)	-	-
Saldo contábil, líquido	565	67.260	62.632	130.457	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	565	67.260	62.632	130.457	-	-
Aquisições (*)	-	-	43.239	43.239	-	-
Amortização	-	(23.242)	-	(23.242)	-	-
Transferência	-	38.548	(38.548)	-	-	-
Saldo contábil, líquido	565	82.566	67.323	150.454	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	565	207.939	67.323	275.827	-	-
Amortização acumulada	-	(125.373)	-	(125.373)	-	-
Saldo contábil, líquido	565	82.566	67.323	150.454	-	-
Taxa de amortização - %	-	20	-	20	-	-

(\*) O valor correspondente a softwares em andamento é, substancialmente, representado pelo projeto "ERP Comercial - Desenho e Implantação", que em 2014 foi implantado o módulo de Gerenciamento dos Estoques de Mercadorias do CDB (RWMS) e, em 2015, foi implantado o módulo fiscal do ERP.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	469.008	732.990	469.672	733.603
Fornecedores estrangeiros	46.209	48.196	46.209	48.196
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros	34.727	38.349	34.727	38.349
Valores de repasse a operadores de cartões (i)	-	-	535.287	673.735
Vendedor - operações com vencimento em janeiro de 2016 (e de 2015) (ii)	3.185	2.560	3.185	2.560
Confirming (iii)	59.657	71.135	59.657	71.135
Ajuste a valor presente	(8.882)	(9.785)	(8.882)	(9.785)
603.904	883.445	1.139.855	1.557.793	
Menos Passivo circulante	(603.904)	(882.566)	(1.139.855)	(1.556.914)
No passivo não circulante	-	879	-	879

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeira com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) As operações de vendedor efetuadas com os fornecedores são garantidas por notas promissórias de emissão da Companhia. Sobre essa operação, incide juros variáveis de 0,94% a 1,57% ao mês (2014 - de 0,94% a 1,57%).

(iii) Trata-se de operações concluídas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

19. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Moeda estrangeira	1.172.456	565.968	1.327.752	815.584
Moeda nacional	106 a 119,68 do CDI	550.214	689.568	571.723
Moeda nacional - taxa média	-	-	290.119	231.695
Prefixados (BNDES) (ii)	42.697	30.817	50.783	48.024
Arrendamento mercantil (iii)	28.705	28.388	28.705	28.388
Menos Passivo circulante	(1.172.456)	(565.968)	(1.327.752)	(815.584)
No passivo não circulante	505.234	715.041	698.166	754.860

(i) Os depósitos interfinanceiros captados pela PERISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (fluante) e garantidos por notas promissórias.

(ii) Foram captados juntos ao BNDES empréstimos para investimentos no valor de R\$ 42.697 (2014 - R\$ 30.817), e no Consolidado no valor total de R\$ 50.784 (2014 - R\$ 40.024), cujas garantias prestadas são notas promissórias.

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro relativos à aquisição de veículos e equipamentos de informática, com prazos que variam de 24 a 60 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros em 9,94% a.a. e 15,80% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2020.

Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias. Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2015	1.172.456	565.968	1.327.752	815.584
2016	109.880	79.367	291.787	90.769
2017	201.737	141.618	206.644	148.108
2018	180.919	178.301	180.919	178.301
2019	-	-	-	-
2020	4.157	-	4.157	-
2021	8.541	8.890	14.840	15.820
	1.677.690	1.281.009	2.025.918	1.570.444

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado (valor justo, conforme Nota 12) apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

	Consolidado		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Valor pela curva	1.075.671	1.084.588	557.871	556.064
Valor de mercado/patrimonial	941.330	941.330	1.014.380	1.014.380
Diferença	134.341	143.258	(456.509)	(458.316)
Moeda nacional	2.079	2.079	1.87	

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Processos trabalhistas e cíveis
A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões, quando julgado que a perda é provável pela administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2015, o montante provisionado correspondia a R\$ 34.185 (2014 - R\$ 30.796).

(c) Processos previdenciários
Em 29 de janeiro de 2010, a Companhia distribuiu ação de rito ordinário junto à Justiça Federal em São Paulo, visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do artigo 10 da Lei nº 10.666/03, do artigo 202-A do Decreto Federal nº 6.590/09, e também, as alterações promovidas no Anexo V, na Resolução nº 1.308/09 e na Portaria nº 2.390/09 do CNPS, que promoveram alterações na sistemática de cálculo do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), atualmente denominado de Riscos Ambientais de Trabalho (RAT). Essas alterações, que contemplam a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre as atuais alíquotas do RAT, promovem substancial aumento no encargo. Por decisão judicial em 3 de fevereiro de 2010, foi deferido o depósito em juízo dos valores excedentes àqueles que a Companhia entende serem devidos que, em 31 de dezembro de 2015, totalizavam R\$ 76.327 (2014 - R\$ 65.444). Em avaliação da administração, apoiada por seus assessores jurídicos, constitui provisão para contingências dos valores excedentes àqueles que a Companhia entende serem devidos que, em 31 de dezembro de 2015, totalizavam R\$ 77.115 (2014 - R\$ 66.820).
(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de natureza fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composto a seguir:
(i) Auto de infração de PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL
Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia sofreu autuação em relação ao PIS, à COFINS, ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL no valor total de R\$ 177.198 (2014 - R\$ 171.455). Conforme descrito na Nota 26, em 2013 a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, levando a uma discussão judicial relacionada ao auto de infração do PIS e da COFINS. Em 2014, ocorreu a consolidação da dívida junto à Receita Federal, gerando um pagamento complementar no valor de R\$ 9.259. Em relação ao IRRF, IRPJ e CSLL, os advogados responsáveis pela defesa deste auto de infração, reportam o risco de perda como possível, razão pela qual, não foi consignada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Presentemente, as discussões judiciais do auto de infração encontram-se na esfera administrativa.
(ii) Auto de infração de ICMS
Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia sofreu auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionadas à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 223.453 (2014 - R\$ 203.886). O recurso em que a questão está sendo discutida, o qual se encontra pendente de apreciação nas instâncias administrativas, é considerado pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco de perda possível, razão pela qual, o respectivo valor não foi objeto de provisão.
(e) Ativos contingentes
Existem processos judiciais em que o Grupo atua no polo ativo onde há expectativas de ganho. É política societária registrar os ganhos contingentes quando transados em julgado favoravelmente à Companhia e suas controladas. Não há ativos contingentes registrados nos livros.
(f) Depósitos judiciais e cauções
Estão sendo apresentados na rubrica Depósitos judiciais e cauções - consolidado, os valores relativos aos casos em que a administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de decisões em instâncias superiores. O Grupo apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais - consolidado, efetuados para discussão no montante de R\$ 50.775 em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R\$ 44.192), cujo risco de perda é avaliado pelos advogados internos ou externos do Grupo como sendo possível ou remoto.

21. Demais contas a pagar
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Adiantamento de clientes 8.541 11.214 8.541 11.214
Repasas na intermediação de produtos financeiros 23.986 42.789 23.986 42.789
Aluguéis a pagar 9.642 10.816 9.642 10.816
Benefício pós-emprego (Nota 22) 29.321 22.537 29.321 22.537
Receta diferida (i) 21.458 32.743 21.458 32.746
Ação judicial (ii) 32.094 28.152 32.094 28.152
Outras contas a pagar 9.186 18.743 26.764 32.523
134.228 166.994 151.806 180.777
(96.362) (130.320) (113.621) (143.822)

(i) Refere-se aos contratos de três anos, firmados com determinadas instituições financeiras, para a venda de serviços financeiros a clientes da Companhia. O valor de R\$ 21.458 (2014 - R\$ 32.743) está segregado entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R\$ 15.686 (2014 - R\$ 24.201), e passivo não circulante no valor de R\$ 5.772 (2014 - R\$ 8.542).
(ii) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio em que, de acordo com os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco de perda era considerado como possível, razão pela qual, não havia sido efetuado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, este passou a ser avaliado como risco provável. A sentença não é líquida e foi objeto de recurso pelas partes. A administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor da causa, em 31 de dezembro de 2011, em R\$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado corresponde a R\$ 32.094 (2014 - R\$ 28.152).

22. Obrigações de benefícios de saúde pós-emprego
A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificou como obrigações pós-emprego. O direito ao benefício de assistência médica de permaner no plano de saúde da Companhia é oferecido ao ex-empregado, quando da rescisão contratual, porém, arcaado com a totalidade dos custos mensais do plano de saúde. Para o designado aposentado, o período de permanência equivale ao mesmo período de anos que o ex-empregado trabalhou na Companhia, sendo que após dez anos de trabalho o benefício estende-se por toda a vida do ex-empregado. Para o designado não aposentado, o período equivale a 1/3 do tempo trabalhado, com o mesmo prazo de duração. Em 31 de dezembro de 2015, foi registrada provisão sobre essa obrigação no montante de R\$ 29.321 (2014 - R\$ 22.537), dos quais R\$ 2.671 (2014 - R\$ 5.737) foram reconhecidos na demonstração do resultado e R\$ 4.113 foram reconhecidos como remuneração atuarial no resultado abrangente do exercício. Os cálculos de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2015, elaborados por especialistas independentes, consideram as seguintes premissas:
Taxa de inflação Rotatividade média Coparticipação (sínistras) 5 3,3 9,6
As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas. As premissas de mortalidade baseiam-se na tabela de mortalidade AF2000F. Adicionalmente, como regra para fins de aposentadoria, foi considerado como seguro.
Aposentadoria Tempo de serviço Idade
Masculino 35 anos 65 anos
Feminino 30 anos 60 anos

23. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é representado por 150.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
(b) Aumento de capital
Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 16 de junho de 2014 e de 30 de abril de 2015, foram aprovados os aumentos de capital nos valores de R\$ 50.000.000 nos dois anos, respectivamente, mediante capitalização de parcela dos valores anteriormente apresentados na rubrica "Reserva de lucros - retenção de lucros".
(c) Dividendos
Os acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:
2015 2014
Lucro líquido do exercício 2.912 170.208
Lucro líquido - base para cálculo da reserva legal 2.912 170.208
Reserva legal - 5% (145) (8.510)
Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos 2.767 161.698
Percentual de dividendos 25 25
Dividendos provisionados 692 40.425
Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos complementares, relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2014 e anos anteriores no montante de R\$ 39.575 (2014 - R\$ 23.621).

(d) Retenção de lucros
Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia (atualmente em R\$ 460.000). Atendido esse limite, a Assembleia Geral deliberou sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

24. Receta
A composição das principais receitas do Grupo assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Mercadorias 4.438.234 5.031.930 4.438.960 5.043.363
Ajuste a valor presente das vendas (70.749) (72.880) (70.749) (72.880)
Serviços financeiros - 1.197.821 1.271.528
Serviços prestados 119.288 163.060 119.431 163.237
Receta bruta de vendas e dos serviços 4.486.773 5.122.110 5.705.463 6.405.248
Descontos concedidos (135.007) (140.226) (135.007) (140.226)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços (1.110.334) (1.238.806) (1.112.599) (1.240.197)
Receta líquida de vendas e dos serviços 3.241.432 3.745.078 4.457.857 5.024.825

25. Despesas por natureza
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Custo das mercadorias vendidas (2.036.074) (2.330.341) (2.097.401) (2.368.139)
Despesa com pessoal (634.179) (679.384) (686.582) (743.385)
Encargos de depreciação e amortização (104.432) (94.166) (106.000) (95.214)
Despesas de transporte (14.710) (18.922) (14.710) (18.922)
Custos de publicidade (96.409) (105.275) (109.219) (120.825)
Despesa de ocupação, uso e manutenção (13.260) (20.633) (59.903) (61.456)
Despesas de comunicação (1.250) (20.633) (909.089) (980.840)
Outras despesas (inferiores a R\$ 13 milhões por rubrica) (203.242) (250.778) (203.242) (250.778)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas (3.235.548) (3.708.352) (4.246.879) (4.598.034)

26. Despesas não recorrentes
Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Portaria Conjunta FGN/RFB nº 07 de 15 de outubro de 2013, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Com decorrência da adesão ao REFS, a Companhia obriga-se a RFS e COFINS sobre receita tributável a qualquer alegação de direito sobre o qual fundam-se as referidas ações. Conforme mencionado na Nota 20 (ix), a Companhia, apoiada por seus advogados, avaliou detalhadamente os autos de infração de PIS e COFINS ocorridos em 2007 sobre valores de tributos questionados por operações ocorridas nos anos-calendários de 2002 a 2004, e, apoiado em seus pareceres, decidiu por aderir ao REFS em 2013. Como resultado da adesão ao Programa, em junho de 2014, ocorreu a consolidação da dívida junto à Receita Federal, gerando um pagamento complementar no valor de R\$ 9.259.
27. Outras perdas, líquidas
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Patrocínio cultural (incentivo fiscal) - - (2.109) (2.842)
Aluguéis recebidos 4.508 5.084 4.508 5.084
Desaio aquisição crédito ICMS 235 696 235 696
Provisão para perda em investimento - Tropicalia de Hotéis e Turismo S.A. (1) (16) (1) (16)
Ganhos em alienação de empréstimos com restituição (4.409) 416 (4.409) (4.409)
Ganhos em créditos bancários não identificados 45 592 45 592
Baixa de projeto por descontinuidade (662) (9.217) - (9.217)
Outras receitas (despesas), líquidas (662) (462) (121) (172)

28. Despesas e receitas financeiras
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Despesa financeira
Empréstimos com partes relacionadas (314) (140) - -
Empréstimos bancários (185.779) (153.760) (195.059) (158.619)
Variação cambial passiva (12.540) - (12.540) -
Reserva de lucros a ser aplicada em financiamento (7.903) (9.034) (7.903) (9.034)
Ajuste a valor presente de fornecedores (67.576) (60.579) (67.576) (60.579)
Swaps de taxa de juros: hedges do valor justo (4.417) (731) (4.136) (1.742)
Outras despesas financeiras (1.724) (1.391) (5.402) (11.902)
Total das despesas financeiras (280.253) (225,633) (292,616) (221,558)
Receita financeira
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo 21.386 29.458 21.386 29.458
Aluguéis recebidos 393 182 393 182
Descontos obtidos 14.151 15.029 14.151 15.029
Ajuste a valor presente - contas a receber 75.594 69.310 75.594 69.310
Atualização monetária dos depósitos judiciais 3.003 1.883 3.003 1.883
Outras receitas financeiras 1.981 1.472 3.062 2.489
Total das receitas financeiras 116.508 117,334 117,196 118,169
Despesas financeiras, líquidas (163,745) (108,301) (175,420) (113,389)

29. Despesa de imposto de renda e contribuição social
O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto da mídia ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (74,323) 143,633 33,948 297,133
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social - % 34 34 34 34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação (25,270) (48,835) (11,542) (101,026)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes - - - -
Resultado de diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i) - - (18,121) (23,951)
Resultado de equivalência patrimonial 59,100 77,672 - -
Outras ajustes administrativos (2,825) (1,675) (2,825) (1,675)
Outras despesas financeiras (6,310) (5,887) 1,395 (3,30)

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 20% em 2015 e 15% em 2014.
30. Lucro por ação - básico e diluído
O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as ações da Companhia não possuem qualquer efeito diluidor.
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia 2.912 170.208
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares) 150,000 150,000
Lucro básico e diluído por ação - reais (0,0194) (1,1547)

31. Limites operacionais (acordo da Basileia)
A controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

32. Compromissos com arrendamento mercantil
(a) Contratos de locação das lojas
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém 275 contratos de locação para suas lojas (2014 - 274 contratos), centros de distribuição e unidades administrativas, por prazos de até dez anos. Nos termos do CPC 06, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na definição de arrendamento mercantil operacional.
Os contratos de locação das lojas estabelecem uma despesa de aluguel mensal, e os valores dos contratos são reajustados anualmente com base em índices de inflação.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguel totalizaram R\$ 104.126 (2014 - R\$ 100.761) na Controladora. O saldo de aluguéis a pagar é de R\$ 9.642 em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R\$ 10.816), incluído em outras contas a pagar.
Os compromissos futuros relacionados com os contratos de locação, com base nos valores de 31 de dezembro de 2015, totalizam valor mínimo de R\$ 1.161.276 (2014 - R\$ 1.103.502), assim distribuídos:
Controladora Consolidado
2015 2014 2015 2014
2016 2017 até 2021 2021 em diante 116,128 580,638 464,510 1.161,276

(b) Contratos de locação de Centro de Distribuição
Visando garantir o atendimento às necessidades futuras da Companhia na área de logística, foi firmado contrato, na modalidade "build to suit", ajustando a construção e a locação de um novo centro de distribuição. O imóvel, com área útil de aproximadamente 90 mil metros quadrados, deverá centralizar todo o processo de recebimento e distribuição de mercadorias da Companhia. O contrato firmado tem prazo inicial de 15 anos, contados a partir de sua entrega, prevista para maio de 2016.
33. Cobertura de seguros
É política do Grupo a contratação de cobertura de seguros para ativos e bens do imobilizado sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava as seguintes principais aplicações de seguro contratadas com terceiros:
Montante da cobertura
Controladora Consolidado
Riscos cobertos
Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes 223,100 260,600
Bens e mercadorias Transporte internacional importação 7,408 7,408

MARTIN MITTELDORF Diretor-Presidente
DIRETORIA EXECUTIVA
MARCELO DOLL MARTINELLI Diretor-Superintendente
ALBERTO KOHN DE PENHAS Diretor Comercial
DRA. ANITA LOUISE REGINA HARLEY Diretora Vice-Presidente
JOSÉ LUIZ DA SILVA CUNHA Diretor de Operações
ABENER BÔA Contador CRC 1SP095415/0-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
São Paulo, 23 de março de 2016.
pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 25P00016/0-5
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1R0156588/0-8 "S" SP
www.pernambucanas.com.br